



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA MINISTERIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO MINISTERIAL DE PATRIMÔNIO E MATERIAL
DIVISÃO MINISTERIAL DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO EM GERAL (LIMPEZA)

SEI MPPE NUP: 0015327/2022-37

1. OBJETO

1.1. Aquisição, por meio de **COMPRA DIRETA**, com **entrega imediata** visando a aquisição de materiais de consumo, de **MATERIAIS CONSUMO EM GERAL (70 FARDOS DE PAPEL HIGIÊNICO)** conforme especificação e quantitativos, constantes na Seção 10 - Especificação do Objeto, parte integrante deste instrumento;

1.2. A descrição completa dos itens desta licitação consta na Seção 10 - Especificação do Objeto.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Atender as demandas da Procuradoria Geral de Justiça, no que se refere ao fornecimento de suprimentos de materiais de papel higiênico, em todo o Estado de Pernambuco, mantendo o abastecimento regular do estoque.

2.2. O caráter de urgência visa atender a alta demanda de consumo do material com a volta do atendimento ao público presencial nas instalações físicas ministeriais, aliadas às demandas reprimidas após a flexibilização do atendimento, na pandemia.

2.3. Consumo de toda Ata de Registro de Preços nº 026/2021, que irá vencer em 17/10/2022.

2.4. Baixo estoque deste bem de consumo, com previsão de término em julho de 2022.

2.5. Quantitativo deste Termo de Referência é devido apenas a 3 (três) meses, prazo que a licitação iniciada no Processo SEI nº12998/2022-34 deve ter finalizado e o novo fornecedor desse item deve estar entregando, recompondo o estoque e atendendo de forma regular com este item essencial à limpeza das instalações ministeriais.

3. QUANTITATIVO

3.1. Conforme descrito na **Seção 10 - Especificação do Objeto**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA MINISTERIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO MINISTERIAL DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

4. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO

4.1. O Gerenciamento e a Fiscalização da Contratação e da Ata de Registro – ARP decorrente deste Termo de Referência caberão ao servidor Eduardo César Ferreira de Oliveira, Matrícula 188.792-0, Gerente da Divisão Ministerial de Materiais e Suprimentos (DIMMS) desta Procuradoria, o qual determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos Termos do Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal;

4.2. Os licitantes poderão contatar a DIMMS nos telefones (81) 99230-6473, no horário das 8h às 14h para dirimir dúvidas e solicitar esclarecimentos sobre o objeto da licitação.

5. LOCAL DE ENTREGA

5.1. Todos os itens deverão ser entregues na DIMMS, situada à **Rua São Miguel n.º 176, Afogados - Recife/PE, CEP 50770-720, no período de 8h às 16h**, de segunda à sexta-feira, somente em dias úteis;

5.2. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através do whatsapp (81) 99230-6473 e/ou e-mail funcional administrativo dimms@mppe.mp.br.

5.3. O fornecedor deverá se responsabilizar pelo transporte dos materiais e descarrego dos materiais.

5.4. Os produtos de origem estrangeira deverão constar, na embalagem, informações em português para conhecimento e classificação do(s) produto(s), nos termos do Art. 31 da Lei n.º 8.078/90, de 11.09.90.

5.5 O recebimento do objeto será de forma provisória, de acordo com o art. 73, II, da Lei 8.666/93, além de estarem de acordo com as quantidades, unidades de medida, marcas licitadas, datas de fabricação e prazo de validade.

6. PRAZO DE ENTREGA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA MINISTERIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO MINISTERIAL DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

6.1. Os itens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da Notificação de Fornecimento realizada pelo DIMMS, através de seu e-mail dimms@mppe.mp.br;

6.2. A solicitação dos itens licitados do contrato ficará a cargo da DIMMS – Divisão Ministerial de Materiais e Suprimentos, sendo efetuado o primeiro pedido, de imediato, no percentual de 20% do valor da ATA, atendendo as necessidades da PGJ;

6.3. Quando da solicitação para a emissão da Nota Empenho pela DIMMS, o fornecedor deverá apresentar as Certidões de Regularidade Fiscal Federal e Dívida Ativa da União, FGTS, Trabalhista, Estadual e a Municipal, da Empresa contratada e com validade de no mínimo de 5 (cinco) dias úteis antes de vencer;

6.4. A Empresa deverá confirmar o recebimento da Notificação via E-mail, respondendo a notificação e enviando mensagem para o endereço eletrônico dimms@mppe.mp.br dirigido a gerência da Divisão, dando ciência da notificação.

7. PROCEDIMENTO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. O(s) licitante(s) vencedor(es) do processo deverão entregar os itens, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e das 5 (cinco) certidões de regularidade fiscal, a Federal e Dívida Ativa da União, a do FGTS, a Trabalhista, a Estadual e a Municipal, na Rua São Miguel, n.º 176, Afogados - Recife/PE, no horário de 8h às 16h, em dias úteis, de segunda a sexta, onde o funcionário/técnico designado pela DIMMS irá proceder com as verificações dos itens entregues quanto ao cumprimento dos requisitos técnicos exigidos na Seção 10 – Especificação do Objeto do presente Termo de Referência;

7.2. Caso haja alguma discordância entre o produto entregue e o Termo de Referência, o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) notificado(s) pela DIMMS. Após a notificação, o(s) licitante(s) vencedor(es) terá(ão) que **sanar as divergências encontradas no prazo máximo 5 (cinco) dias corridos**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA MINISTERIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO MINISTERIAL DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

7.3. As Empresas Licitantes deverão apresentar, **QUANDO OFERTAREM PRODUTOS DE MARCA DIFERENTES DAS INDICADAS COMO DE REFERÊNCIA E DA PROPOSTA, comunicação formal expressa dirigida a DIMMS, num prazo de 05 (cinco) dias corridos, após a notificação / ordem de fornecimento, apresentando:**

7.3.1. **Justificativa para substituição;**

7.3.2. **Descrição / Especificação do produto a ser ofertado;**

7.3.3. **Catálogo, folder, ficha técnica do produto, registro ANVISA/MS, laudos de irritabilidade e microbiológicos, estes três últimos, se couberem;**

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em **até 15 (quinze) dias úteis**, após a aceitação dos materiais acompanhados das Notas Fiscais/Faturas, ficando, porém, condicionado à aceitação e aprovação que trata a Seção 7 – Procedimento de Aceitação do Objeto, mediante Atesto das Notas Fiscais, pela DIMMS da Procuradoria Geral de Justiça, acompanhados das **Certidões de Regularidade Fiscal Federal e Dívida Ativa da União, do FGTS, da Trabalhista, do Estado e do Município, válidas.**

9. PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO.

9.1. A substituição do material por defeito de fabricação obedecerá ao prazo especificado na descrição de cada item de aquisição, conforme descrito na Seção 10 – Especificação do Objeto. Nos casos omissos será considerado o prazo de, no mínimo, 1 (um) ano;

9.2. Entende-se por defeito de fabricação qualquer problema (exceto os decorrentes de mau uso), que impeça a adequada condição de utilização do produto fornecido durante o período mencionado;

9.3. O referido prazo será computado a partir da data de atesto da Nota Fiscal pela DIMMS, o(s) licitante(s) vencedor(es) receberá(ão) da DIMMS cópia atestada da Nota Fiscal por E-Mail ou



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA MINISTERIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO MINISTERIAL DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

Correspondência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com AR (Aviso de Recebimento) para manter o controle do referido prazo, quando da apresentação de defeito;

9.4. O(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) responsável(eis) pela substituição do material com defeito dentro do prazo de validade, no local de entrega dos itens definido na seção 5 - Local de Entrega, sendo responsáveis por eventuais transportes para substituição e, entrega do Material;

9.5. O(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) corrigir eventuais problemas ocorridos no material defeituoso adquirido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme art. 18, do CDC, contados a partir da data de recebimento da comunicação de defeito via E-Mail ou por Correspondência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com A.R. (Aviso de Recebimento) pela DIMMS.

10. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	E-FISCO	DESCRIÇÃO	QTD COTA EXC 100%	UND.
1	492576-9	<p>PAPEL HIGIENICO - TIPO FOLHA DUPLA, MEDINDO 30,00MX10,00CM(CXL), COMPOSTO DE FIBRAS CELULOSICAS NATURAIS, GROFADO, PICOTADO, , NEUTRO, DIAMETRO DO TUBETE MEDINDO APROXIMADAMENTE 4,0CM, BRANCO, COM LAUDO DE IRRITABILIDADE E LAUDO MICROBIOLÓGICO DENTRO DA VALIDADE.EMBALADOS EM FARDOS COM 64 UNIDADES CADA.</p> <p>MARCAS DE REFERÊNCIA: NEVE, PERSONAL, ALPINO COTTON, DUALETTE, OU SUPERIOR.</p>	70	FARDO COM 8 PCT. COM 8 UND.

10.1. Os produtos deverão vir acondicionados em suas embalagens originais ou no caso de alguma modificação nas mesmas, que acompanhe comunicação do Fabricante informando a alteração;

10.2. A validade dos produtos deve ser de, no mínimo, 01 (um) ano da data da entrega, excetuando-se, quando constar no Termo de Referência, itens como água sanitária e cloro líquido, cuja validade deve ser de no mínimo 06 (seis) meses da data da entrega;

10.3. Para os licitantes que produzem, fabricam, transformam, sintetizam, purificam, fracionam, embalam, reembalam, importam, exportam, armazenam ou expedem saneantes domissanitários, nos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA MINISTERIAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO MINISTERIAL DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

termos previstos nos artigos 1º e 2º da Lei nº 6.360/76, é obrigatória a apresentação da LICENÇA SANITÁRIA emitida por órgão competente da localidade da empresa;

10.4. Os materiais apresentados deverão ser de boa qualidade e atender às normas do Código de Defesa do Consumidor. Deverão ainda, vir especificadas as características peculiares do produto e, quando se tratar de produtos acondicionados em frascos ou recipientes similares, deverão possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, prazo de validade, composição química, licença no Ministério da Saúde ou ANVISA e recomendações de segurança em caso de acidente, sob pena de ser recusado o seu recebimento;

10.5. Os produtos de origem estrangeira deverão constar, na(s) embalagem(s), informações em português para conhecimento e classificação do(s) produto(s) nos termos do Art. 31 da Lei n.º 8.078/90, de 11.09.90;

10.6. Para oferta de produtos com marcas iguais as indicadas como marca de referência neste Termo de Referência, não será necessário a apresentação de Folders, Catálogos, etc.;

10.7. O fornecimento dos Itens acima deve contemplar o Material, bem como todas as despesas decorrentes da produção, unidades de fornecimento e entrega dos Itens, devendo o Preço unitário ser resultado da composição do Preço;

10.8 Caso as unidades de medidas físicas dos materiais estejam inferiores a 20%, tais como massa, comprimento, área ou volume, a complementação da unidade deve compor o preço do item unitário;

11. OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS DO OBJETO

11.1. A validade dos produtos deve ser no mínimo 12(doze) meses da data de entrega;

11.2. Quando da apresentação das propostas, os licitantes deverão apresentar as documentações individuais de cada item, catálogo do produto ofertado, folder, documento ou impresso da internet, com imagem e descrição completa de cada item ofertado;

11.3. A documentação de cada Item deverá conter fotografia do produto, descrição técnica e demais características fornecidas pelo fabricante do produto, que o identifique completamente;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA MINISTERIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO MINISTERIAL DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

11.4. Serão desconsideradas as proposta que apresentem documentação incompleta do produto, impossibilitando a identificação correta do mesmo e suas características;

11.5. A documentação do produto deverá conter os respectivos manuais e fichas técnicas, dispor das informações relativas às suas características, tais como ano de fabricação, prazo de garantia, marca, código do produto e modelo;

11.6. A documentação do produto será examinada por servidor do DEMPAM ou DIMMS, que procederá análise da mesma, emitindo Relatório, a fim de verificar a compatibilidade dos produtos ofertado com as especificações do presente Termo de Referência;

11.7. A documentação (cópia) dos itens apresentado(s) pelo licitante(s) vencedor(es) provisório(s) ficará retida para exame de conformidade com o material entregue quando do fornecimento.

12. CATÁLOGOS, FOLDERS, ETC

12.1. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta de preços Folders, ficha técnica e descrição do produto, através de pesquisa no site do fabricante, ou embalagens vazias e limpas dos mesmos, devendo em qualquer uma das opções, apresentar os detalhes dos mesmos para comprovação das exigências contidas na seção 10 - Especificação do Objeto;

12.2. Para oferta de produtos com marcas diferentes das indicadas na seção 10 - Especificação do Objeto, será necessário a apresentação pela empresa declarada como vencedora provisória dos documentos indicados no subitem 11.3 deste Termo de Referência;

12.3. A exigência dos documentos indicados no subitem 11.3 deste Termo de Referência tem por objetivo permitir ao licitante, ofertante de produtos de marcas não indicadas como de referência na seção 10 - Especificação do Objeto, comprovar que o produto ofertado apresenta qualidade, durabilidade, funcionalidade e desempenho buscado pelo objeto da presente licitação;

12.4. Os documentos indicados no subitem 11.3 deste Termo de Referência deverão ser devidamente identificados com o nome do licitante e o número do item;

12.5. Os documentos indicados no subitem 11.3 deste Termo de Referência serão analisados por funcionários da DIMMS, que procederão à análise das mesmas emitindo-se Parecer circunstanciado, a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA MINISTERIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO MINISTERIAL DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

fim de verificar a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do presente Termo de Referência;

12.6. O licitante que não apresentar a documentação indicada no subitem 11.3 deste Termo de Referência, juntamente com a proposta de preços, terá a oferta do ITEM desconsiderada para efeito de julgamento;

12.7. A CPL deverá cientificar de imediato os 5 (cinco) primeiros licitantes, por ordem de classificação das propostas mais vantajosas ao MPPE, para enviarem suas documentações de qualificação técnica, contidas nos itens 10, 11 e 12, deste Termo de Referências, em até 48 (quarenta e oito) horas, para análise técnica desta Divisão.

13. DA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO.

13.1. Os Contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

13.2. O pedido visando o **reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apenas será apreciado caso esteja instruído com, no mínimo, duas planilhas de custos:** uma do tempo atual e outra da época da proposta, ambas acompanhadas de documentos fiscais que comprovem a variação de preço do item;

13.3. A concessão do reequilíbrio levará em conta não apenas os dados apresentados pelo contratado, ao contrário, torna-se imperativo o dever de verificar a veracidade da informação consultando o mercado para pesquisar se o preço reequilibrado continua atendendo ao pressuposto da proposta mais vantajosa. Caso o pedido de reequilíbrio importar em violação desse primado, impõe-se, como regra a Rescisão;

13.4. As hipóteses de alterações contratuais descritas no inciso II do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, são regidas pela cláusula *rebus sic stantibus*, projeção da teoria da imprevisão, definitivamente acolhida



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA MINISTERIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO MINISTERIAL DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

como forma de revisão dos contratos, desde que observados, em síntese, os seguintes critérios, não esquecidos de que a pedra angular de nosso sistema obrigacional é o princípio de que o contrato faz lei entre as partes:

13.5. Flutuações econômicas e de mercado não devem constituir motivo habitual para a invocação da regra excepcional para alterar o pactuado;

13.6. A álea ordinária, previsível ou suportável, é de risco inerente a todo contrato, daí ser a aplicação da *rebus sic stantibus* restritiva, casuística e não extensiva;

13.7. O acréscimo no custo operacional do serviço ou do fornecimento não propicia, por si só, a revisão do preço ou a resolução do contrato, prevalecendo a lição de Francisco Campo, para quem a álea extraordinária é aquela que, se tivesse sido prevista, teria impedido a formação do contrato nos termos em que o foi;

13.8. Somente a mutação, inesperada e violenta, das condições de execução do contrato justifica a revisão de modo a dividir entre os contraentes os ônus decorrentes de tal álea extraordinária;

13.9. A álea que enseja a aplicação da *rebus sic stantibus* é de ordem a tornar iníqua e ruinosa a prestação, acarretando lucro exorbitante e injusto para o credor e gravame insuportável para o devedor, importando examinar a boa-fé dos contraentes quanto à impossibilidade de haverem previsto a superveniência de tais condições, quando da avença.

13.10. Não cabe pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro antes da primeira solicitação de aquisição de materiais licitados, haja vista que o primeiro pedido será de imediato, em até 5 (cinco) dias úteis, após a emissão do empenho, e, no mínimo, de 20% do valor licitado.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS.

14.1. As declarações e/ou documentos comprobatórios aos requisitos técnicos especificados na seção 10 - Especificação do Objeto deverão ser anexados à proposta do licitante;

14.2. Só serão consideradas propostas aquelas onde o licitante **informe explicitamente marca e modelo do item cotado**, ou seja, não serão aceitas propostas que apenas descrevam o que está sendo exigido na seção 10 – Especificação do Objeto;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA MINISTERIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO MINISTERIAL DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

14.3. Pelo descumprimento de qualquer das obrigações previstas para o fornecimento, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da CONTRATANTE, o(s) licitante(s) ficará(ão) sujeito(s) às penalidades previstas nos Arts. 86 e 87, da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores, garantida a prévia e ampla defesa;

14.4. Demais condições, conforme Edital.

Recife, 07 de julho de 2022.

ALEXSANDRO ROMÃO BATISTA DA SILVA

Gerente do Departamento de Patrimônio e Material

Mat. 188.588-0 / Técnico Ministerial

99230-6473 / ecfo@mppe.mp.br



Documento assinado eletronicamente por **ALEXSANDRO ROMAO BATISTA DA SILVA**, **1885880.320101** e matrícula **1885880**, em 08/07/2022, às 16:26.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **870f606a-ea6d-43ec-a482-73910c3195d7**